



Para o mestre com carinho¹

To the master with affection

Marisa Lajolo²

Resumo: O artigo analisa as concepções de literatura e suas implicações humanas e sociais, conforme Antonio Candido desenvolve inicialmente no ensaio “A literatura e a formação do homem” (1972), aprofundando-as no conhecido “O direito à literatura” (1988). Também enfoca o livro *Na sala de aula: caderno de análise literária* (1985), explicitando, na prática docente do autor, modos de democratizar a leitura e a discussão da literatura.

Palavras-chave: Antonio Candido; Literatura; Formação humana; Leitura; Democratização

Abstract: The article analyzes the conceptions of literature and their human and social implications, as Antonio Candido initially develops in the essay “A literatura e a formação do homem” (1972), deepening them in the well-known “O direito à literatura” (1988). It also focuses on the book *Na sala de aula: caderno de análise literária* (1985), explaining, in the author's teaching practice, ways of democratizing reading and discussing literature.

Keywords: Antonio Candido; Literature; Human formation; Reading; Democratization

1

Na obra do Professor Antonio Candido, há três textos aos quais retorno com frequência. Enumero-os aqui na sequência de sua produção/publicação: “A literatura e a formação do homem”³, ensaio que se originou de palestra na 24^a. Reunião Anual (1972) da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC); *Na sala de aula: caderno de análise literária*, sua primeira edição é de 1985 e seu título já sugere espaço e situação para a qual os textos nele reunidos foram concebidos; o terceiro é o artigo que inspira o

¹ Texto apresentado na OCUPAÇÃO ANTONIO CÂNDIDO no Instituto Cultural Itaú . SP. 25.05.2018. O material da exposição está disponível em <http://www.itaucultural.org.br/ocupacao/antonio-candido/>

² Ensaísta, pesquisadora, crítica literária, escritora de literatura juvenil e professora universitária. Atualmente é Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (graduação e pós graduação, Letras) e mantém vínculo como Professor colaborador voluntário na UNICAMP.

³ Foi publicado em primeira mão na revista *Remate de males* do Departamento de Teoria Literária da UNICAMP. Disponível em <https://doi.org/10.20396/remate.v0i0.8635992>



evento que dá nome à *Ocupação Antonio Candido*, o ensaio “O direito à literatura”, palestra na *Comissão de Justiça e Paz* (1988), incluído no ano seguinte em *Direitos Humanos e ...*, livro organizado por Antonio Carlos Fester (1989). Posteriormente, o texto frequentou outras publicações e hoje se encontra na coletânea *Vários escritos* (2004).

2

Estes três textos têm sua origem ou seu entorno em situações de oralidade. A *literatura e a formação do homem* e *O direito à literatura* resultam de palestras. *Na sala de aula* resulta do preparo de suas aulas, como informa o prefácio:

As versões iniciais destas e muitas outras análises foram redigidas há bastante tempo. Na maioria, entre 1958 e 1960, quando eu lecionava Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia de Assis, SP. À medida que as utilizava nas aulas (...) elas iam sendo acrescidas e modificadas (CANDIDO, 1985, p. 6)

3

Penso – com a aval do professor⁴ - que a lapidar formulação de 1988, *O direito à literatura* (2004)⁵ retoma, desenvolve e radicaliza a reflexão proposta na palestra da década anterior (*A literatura e a formação do homem*, 1972). Já a partir de seu título, a palestra de 1972 apresenta a literatura como fundamental para a formação do ser humano, apontando “sua função humanizadora, isto é, (...) a capacidade que ela tem de confirmar a humanidade do homem” (2012, p. 81).

Ao longo de seu desenvolvimento, o texto articula o caráter formador da literatura com a ideia de que seres humanos têm “necessidade universal de ficção e de fantasia” (id., p. 82) e que a literatura “é uma das modalidades que funcionam como resposta a esta necessidade universal” (id., p. 83).

Esta *função formadora da literatura*, formulada a partir de sua pertença ao reino da ficção, da fantasia e da imaginação, desdobra-se. Logo a seguir, o professor sublinha

⁴ Cf. “O direito à literatura”. *Op cit.* p. 176.

⁵ Inspirado neste texto, Aldo Lima organiza a obra *O Direito à Literatura* (2012), que reproduz o texto do professor.



o estabelecimento de laços – nos textos literários - “*entre imaginação literária e realidade concreta do mundo*”

4

É a partir desta síntese entre (de um lado) fantasia & imaginação e (de outro) a realidade concreta do mundo, que penso ser possível discutir o aprofundamento que o texto de 1988 imprime ao de 1972:

(...) se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito (2004, p. 175).

Vale a pena observar que, para o professor, a expressão *sentido amplo* que envelope o *conceito* de literatura na citação acima expande e – expandindo - democratiza de forma exponencial o tipo de texto recoberto pela expressão *literatura* :

Durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus, até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance (2004, p. 174-175).

É com base nesta reflexão (que confere identidade literária *também* a produtos da indústria cultural) que o texto se encerra reafirmando que

Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável (id., p.191)

5

Os dois textos de que venho tratando até aqui, em paralelo com sua cerrada argumentação, mencionam alguns escritores: Dostoiévsky, Tomás Antonio Gonzaga, Victor Hugo entre outros.



Apesar destas esparsas menções a autores consagrados, *A literatura e a formação do homem* e *O direito à literatura* detêm-se, no que talvez se possa chamar de *aportes teóricos* para uma concepção de literatura como uma das práticas culturais de profundas implicações sociais. *Aportes teóricos* porque ambos os textos apresentam uma tese: a leitura literária é formadora, reformadora (e será que talvez às vezes também deformadora?) de valores, comportamentos, crenças, sentimentos e normas e, como tal, um direito humano.

6

Este viés teórico, no entanto, abandona o protagonismo no livro de 1985, *Na sala de aula*. Nele, o professor arregança as mangas e encena (e, encenando, ensina) maneiras de, no exercício profissional da docência (e também em textos críticos), democratizar o acesso à literatura.

No prefácio, o livro é apresentado como “*instrumento de trabalho*” (1985, p. 6). É constituído pela análise de seis poemas⁶, apresentados na sequência de estilos que, por representarem as épocas em que a história literária brasileira geralmente distribui seu objeto, comparecem a cursos da disciplina “literatura brasileira” e a livros didáticos.

7

Desrespeitando a cronologia do livro, vou abri-lo no seu quarto capítulo, que trata do poema *Fantástica* de Alberto de Oliveira. Adoro este poema! E me desculpo pelo subjetivismo da escolha por uma passagem de *Crítica e memória* (2004), ensaio em que o professor resgata o direito do crítico ao gosto pessoal e à preferência por um ou por outro texto⁷.

⁶ *Caramuru* (Santa Rita Durão); “Lira 77” (Tomás Antonio Gonzaga); “Meu sonho” (Álvares de Azevedo); “Fantástica” (Alberto de Oliveira); “O rondó dos cavalinhos” (Manuel Bandeira); “O pastor pianista” (Murilo Mendes).

⁷ (...) um capítulo vivo da periferia da crítica seria o que registrasse com o devido senso de oportunidade a história de nossa experiência afetiva com as obras (...) (CANDIDO, 2004 b, p. 33).



A partir da análise que o professor faz do poema de Alberto de Oliveira, vou comentar algumas passagens que ilustram procedimentos discursivos pelos quais – penso – temos uma lição de como *democratizar a leitura e a discussão da literatura*. Isto é: como torná-las acessíveis. Pois só democratizando a leitura e a discussão da literatura me parece ser possível fomentar a demanda pela literatura e a luta pelo pleno acesso a ela como um *direito humano*: direito a ser reivindicado, e não concedido por benevolência.

8

Nas análises do professor, o leitor está sempre explicitamente presente. Na discussão do poema “Fantástica”, que recebe o sugestivo nome de “No coração do silêncio”, creio que os leitores ficam com a sensação de que era exatamente a cada um deles que o professor se dirigia. E que era exatamente a ela/ele que o professor atribuía (e aplaudia) uma determinada reação ao texto.

Definindo o poema de Alberto de Oliveira como uma *descrição pura* e contrapondo este traço à presença de uma primeira pessoa nos dois poemas que, no livro, antecederam o de Alberto de Oliveira (de Tomás Antonio Gonzaga e de Álvares de Azevedo), o professor se faz intérprete solidário de eventuais reações do seu leitor: “Situado de fora, o leitor vê um quadro feito para existir por si mesmo, autônomo e sem vínculos” (1985, p. 55).

Tornando, assim, o leitor seu interlocutor, o professor o traz para dentro do seu texto. Os procedimentos textuais responsáveis por tais efeitos de sentido repetem-se em outras passagens da análise de “Fantástica”, bem como na análise de outros poemas, como na análise da “Lira 77”, de Tomás Antonio Gonzaga e de “O pastor pianista”, e Murilo Mendes, respectivamente:

Habitado às neblinas da poesia contemporânea, o leitor fica meio perplexo com este discurso despojado e sem mistério, que parece entregar tudo à primeira vista; mas *nota* que ele é fruto de uma contensão elaborada ... (id., p. 22, grifos meus).

Com efeito, *pensa o leitor*, numa planície onde bebem sombras, os pianos podem ser soltos (id., p. 85, grifos meus).

9



Na sequência da nomeação do leitor como um *outsider* (situado de fora) do poema de Alberto de Oliveira, reforçando o envolvimento do leitor com o que lê, o professor põe em cena uma primeira pessoa do plural: “Aqui *estamos* no reinado dos objetos, não dos sujeitos” (id., p.55).

Este *nós*, generosamente assumido ao longo de quase todos os textos (e também em textos de outros livros) propicia identificação entre quem escreve (Antonio Candido) e cada leitor que está lendo seu ensaio.

Na análise de Caramuru e de *O Rondó dos Cavalinhos* a mesma primeira pessoa do plural compartilha interpretações:

De todos os poetas mineiros do século XVIII Durão é o que provavelmente *conhecemos* melhor como homem (id., p. 8).

Observando a pontuação, *percebemos* o seguinte (id., p. 70).

Este compartilhamento com seus leitores de pontos de vista apresentados (e, no limite, da *autoria* da análise?) talvez intensifique o envolvimento e, conseqüentemente, a adesão de seus leitores-alunos à leitura proposta pela análise, já que ela não é oferecida por uma terceira pessoa – eventualmente distante e superior- mas foi construída pela colaboração do autor com seu leitor.

Ou seja, o leitor sente-se capacitado para ler e discutir textos literários. Como se diria hoje: opera-se aqui o *empoderamento* do leitor.

10

A este generoso compartilhamento de pontos de vista soma-se um sucessivo desbastamento de interpretações/afirmações categóricas. Ao invés de leituras e interpretações *definitivas*, apresentadas como *indiscutíveis* e *verdadeiras*, leituras e interpretações propostas pelo professor pautam-se por tom predominantemente *sugestivo*, *hipotético*.

Num tempo como o que vivemos hoje por estas bandas, tão sufocado por certezas pétreas, vale a pena observar o respeito com que o professor trata não só seus leitores /alunos mas o próprio texto que está analisando.



Assumindo, na leitura que apresenta dos textos com que trabalha, que sua leitura não é nem *indiscutível*, nem *definitiva*, ao apresentar suas formulações como *hipóteses*, Antonio Candido aproxima-se de concepções bastante contemporâneas que postulam a *abertura* da obra literária. Analisando o poema de Alberto de Oliveira, por exemplo, ele limita-se a sinalizar uma possível – *apenas possível* ! - interpretação para uma bela passagem:

Rio parado é uma contradição em termos, pois a natureza dos rios é fluir. No entanto, existe um nestas condições: o Aqueronte, que, na mitologia grega é ao mesmo tempo barreira defensiva e caminho de ingresso ao reino dos mortos. *Isto faz crer que o rio “ímoto” cercando o palácio, como fosso protetor, indique a entrada de um lugar desse tipo* (id., p. 57).

O mesmo procedimento encontra-se em praticamente todas as outras análises do livro, como por exemplo a dedicada ao poema *Meu sonho*, de Álvares de Azevedo: O sonho deste poema *parece mais* um pesadelo ... (id., p. 48).

Mais adiante, a propósito de “O pastor pianista”, o advérbio *talvez* e o futuro do pretérito relativizam qualquer traço impositivo da leitura apresentada: Entre os pianos e os homens *talvez* haja uma correlação mais funda, que *unificaria* de maneira dialética a parte impertinente e a pertinente (id., p. 95).

Outros títulos da obra de professor valem-se de procedimento idêntico. Em texto de 1943⁸, a propósito de Stendhal, afirmações categóricas são substituídas por um enunciado que manifesta em plenitude o procedimento aqui apontado: “*talvez se possa dizer* que é um psicólogo mais completo que ambos (Benjamin Constant e Balzac, grifo meu), estando a chave de seus livros ... (1959, p. 60).

Também um dos documentos expostos na *Ocupação Antonio Candido* materializa, no manuscrito à margem, a correção pretendida para o texto impresso, o que ilustra a extensão deste procedimento na produção intelectual do professor, inclusive em áreas que não se referem à literatura .

⁸ Trata-se de “Uma dimensão entre outras”, publicado em *O observador literário* (1959).



Trata-se de separata do artigo “Possíveis raízes indígenas de uma dança popular” (CANDIDO, 1956), publicado na Revista de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP:

Versão publicada	Correção manuscrita à margem
Com efeito, dentro da melhor verossimilhança, <i>esta se deu</i> por intermédio da catequese jesuítica, tendo se desenvolvido em ...	Com efeito, <i>o mais plausível é que esta tenha ocorrido</i> por meio da catequese jesuítica, tendo se desenvolvido em ...
esta se deu > o mais plausível é que esta tenha ocorrido ...	

11

Em “A compreensão da realidade”, texto de 1957, publicado em *O Observador Literário*, publicado em 1959, a respeito de José Lins do Rego, o recurso se alarga, deixando de manifestar-se a propósito de uma ou de outra passagem interpretativa, e recobrando a interpretação/crítica em sua totalidade: “Este artigo *pretende sugerir* que a sua obra se desenvolveu por altos e baixos...” (1959, p. 31). O segmento *pretende sugerir* da transcrição acima substitui, com vantagem, a assertividade de *provar, demonstrar, afirmar* que pontilham tantos textos críticos”.

Como se vê, já se faz presente, nas primeiras publicações do professor – então um jovem sociólogo que fazia crítica literária em jornais paulistanos enquanto lecionava em Assis – a consciência da importância do leitor/público em assuntos de literatura. Em artigo de 1957, rebatizado em *Literatura e sociedade*, de 1965, como “Literatura e vida social” o professor aponta os três elementos fundamentais da comunicação artística: autor/obra/público.

Articula-se com este texto mais antigo a meridiana clareza com que, na *Formação da literatura brasileira* – cuja primeira edição é de 1959 – o professor, a propósito da literatura brasileira, expõe a noção de *sistema literário*. No segundo parágrafo do capítulo de abertura, lê-se que a partir do conceito de “literatura como um sistema de obras ligadas por denominadores comuns” pode-se pensar na literatura como



um conjunto de produtores literários mais ou menos conscientes de seu papel, um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive ; (...) um mecanismo transmissor (de modo geral uma linguagem traduzida em estilos) que liga uns a outros (2006, p. 25).

É nesta acurada e precoce percepção da importância do leitor em discussões / reflexões sobre a literatura que – penso – ancora-se a ideia retomada respectivamente em *A literatura e a formação do homem* (1972) e em *O direito à literatura* (1988) .

12

Se é verossímil este percurso do professor na discussão da importância da literatura como *formadora* e, portanto, como um *direito humano* entrevista recente confere nova e instigante inflexão ao tema.

Trata-se de entrevista ao jornal *Brasil de Fato* publicada em agosto de 2011, que reforça a importância da limpidez do texto crítico como fator essencial para a discussão e ensino da literatura :

Acho que a clareza é um respeito pelo próximo, um respeito pelo leitor. Sempre achei, eu e alguns colegas, que, quando se trata de ciências humanas, apesar de serem chamadas de ciências, são ligadas à nossa humanidade, de maneira que não deve haver jargão científico. Posso dizer o que tenho para dizer nas humanidades com a linguagem comum. (...) acho que a clareza é necessária inclusive para poder divulgar a mensagem, a mensagem deixar de ser um privilégio e se tornar um bem comum (CANDIDO, 2011)⁹.

Uma coisa que sempre me preocupou muito é que os teóricos da literatura dizem: é preciso fazer isso, mas não fazem.

O professor Antonio Candido faz...

Faz não apenas *no que diz*, mas *no como diz o que diz*...

E será muito bom que aprendamos com ele.

⁹ A entrevista, na íntegra e com comentários de leitores, está disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/6819/>



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

Vol. 16, n. 2 2019

Dossiê Antonio Candido

Referências

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Remate de Males*, 3 dez. 2012. Disponível em

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992/3701>

CANDIDO, Antonio. Crítica e memória. In: _____. *O albatroz e o chinês*. São Paulo, Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Literatura de sociedade*. São Paulo: Duas Cidades, Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

CANDIDO, Antonio. *Na sala de aula: caderno de análise literária*: São Paulo: Ática, 1985.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. FESTER, Antonio Carlos (org.). *Direitos Humanos e ...* São Paulo: Editora Brasiliense, 1989 .

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. Possíveis raízes indígenas de uma dança popular. *Revista de Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 1-24, 11 jun. 1956.

CANDIDO, Antonio. Uma dimensão entre outras. In: _____. *O observador literário*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1959 .

LIMA, Aldo Lima. *O Direito à Literatura*. Recife: Editora da UFPE, 2012.